



Centro Social da Paróquia da Areosa
(Instituição Particular de Solidariedade Social)

Centro Social da Paróquia da Areosa

Regulamento Interno

Serviço de Centro de Convívio

Capítulo I

Disposições Gerais

Norma I

Âmbito de aplicação

A valência de Centro de Convívio do Centro Social da Paróquia da Areosa, Instituição Particular de Solidariedade Social, I.P.S.S., registada no Livro nº 2 das Fundações de Solidariedade Social, fls. 138, sob a inscrição nº 34/85, com sede na Rua da Igreja da Areosa, Igreja da Areosa no Porto, funciona na Travessa da Areosa, nº 75, Porto e rege-se pelas seguintes normas.

Norma II

Objectivos

O presente regulamento Interno visa:

- a) Proporcionar um serviço de qualidade a nível de Centro de Convívio.
- b) Promover o respeito pelos direitos dos clientes, nomeadamente da sua dignidade e intimidade de vida privada.
- c) Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do centro social.

CAPÍTULO II

Definição e Objectivos

Norma III

Definição

A valência de Centro de Convívio é uma resposta social que consiste na prestação de actividades sócio-recreativas e culturais.

Norma IV

Objectivos

São objectivos do Centro de Convívio, nomeadamente:

- a) Prevenir o isolamento, através da promoção de relações interpessoais, interinstitucionais e intergeracionais.
- b) Promover momento de convívio e lazer através de actividades ocupacionais.
- c) Contribuir para a manutenção do cliente no seu meio habitacional e social.
- d) Prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos clientes e pessoas próximas de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar.
- e) Manter e/ou desenvolver as capacidades existentes.

Norma V

Documentos Orientativos

Os serviços do Centro de Convívio orientam-se de acordo com as directrizes definidas pelo Projecto Educativo da Instituição.

CAPÍTULO III

Processo de Admissão

Norma VI

Condições de Admissão

1º - Serão admitidos candidatos de ambos os sexos, na situação de reforma, pré-reforma ou pensionista, atendendo às seguintes prioridades:

- a) – Sócios da Instituição.
- b) – Moradores na área da Paróquia da Areosa, reformados com mais de 65 anos de idade;
- c) - Outros considerados necessitados, mesmo sem esta idade desde que sejam moradores desta Paróquia.
- d) – Moradores de zonas limítrofes, também reformados com mais de 65 anos de idade.

Norma VII

Crítérios de Admissão

Sempre que a capacidade da valência não permita a admissão do total de clientes inscritos, as admissões far-se-ão de acordo com os seguintes critérios de prioridade:

- a) Residir na área de intervenção do Centro Social ou nas suas imediações.
- b) Não ter retaguarda familiar ou afins que possibilitem a prestação dos cuidados necessários.
- c) Viver isolado, em condições degradadas ou com precariedade económica.
- d) Existência de desajustamentos familiares.

Norma VIII

Listas de Espera

- 1- Caso não seja possível proceder à admissão por inexistência de vagas, deverá ser comunicado ao cliente ou pessoa próxima a posição que este ocupa na lista de espera.
- 2- A ordenação da lista de espera respeitará os mesmos critérios indicados na admissão.

Norma IX

Responsabilidade da admissão

A admissão do cliente é da responsabilidade do Director(a) Técnico da Instituição e será feita de acordo com as normas constantes no presente regulamento.

Norma X

Inscrição

- 1- A inscrição nos serviços poderá ser feita em qualquer época do ano, ficando a admissão dependente da existência de vagas e do parecer do Responsável do Centro Social.
- 2- Para a formalização de inscrição, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:
 - a) Bilhete de Identidade.
 - b) Cartão de Contribuinte.
 - c) Cartão de beneficiário da Segurança Social.
 - d) Cartão de Utente do Serviço Nacional de Saúde ou de qualquer outro subsistema a que o cliente pertença.
 - e) Duas fotografias tipo passe.
 - f) Comprovativo de despesas de arrendamento ou empréstimo bancário de Habitação.
 - g) Comprovativo de despesas com medicação continuada.
 - h) Comprovativo de despesas com o passe de transportes públicos.
 - i) Comprovativo de reforma e outros rendimentos.
 - j) Comprovativo de IRS.
 - k) Identificação do médico de família.
 - l) Relatório médico do estado de saúde, com prescrição terapêutica.
 - m) Contacto telefónico de familiares e/ou pessoa próxima.

Norma XI

Contrato de prestação de serviços

- 1- No acto de admissão será celebrado, por escrito, um contrato com o cliente ou pessoa próxima, onde constará nomeadamente, os direitos e deveres de ambas as partes, o período de vigência e as condições em que poderá haver lugar à sua cessação.
- 2- Os serviços a prestar, a sua periodicidade e respectivo horário, bem como o preço praticado, constam de adenda ao contrato, que dele faz parte integrante.
- 3- Sempre que se verifique alteração nos elementos referidos no número anterior haverá lugar à actualização, no contrato, da respectiva adenda.
- 4- As alterações deverão ser comunicadas ao cliente, por escrito, com uma antecedência mínima de quinze dias.
- 5- Na assinatura do contrato deverá ser anexado o presente regulamento.

Norma XII

Desistência da frequência dos Serviços

Em caso de desistência da frequência do Centro de Convívio, o cliente ou pessoa próxima deverá comunicar esse facto, por escrito, ao Responsável do Centro Social com a antecedência mínima de trinta dias relativamente à data da desistência.

Capítulo IV

Regras de Funcionamento

Norma XIII

Capacidade

A capacidade da valência é definida por acordo de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social do Porto.

Norma XIV

Direcção e Coordenação

- 1- A Direcção técnica do Centro de Convívio é da competência do Presidente da Instituição coadjuvado pelo Director Técnico da Instituição.
- 2- Em cada ano, o Presidente da Instituição delega essas competências no Director(a) Técnico, cujo nome será afixado em local visível, e a quem compete, designadamente:
 - a) Dirigir o serviço, assumindo a responsabilidade, pela organização, planificação, execução, controlo e avaliação dos serviços.
 - b) Assegurar a coordenação das equipas de pessoal a trabalhar no Centro de Convívio.
 - c) Sensibilizar os funcionários face às problemáticas dos clientes idosos.

Norma XV

Quadro de Pessoal

- 1- Para assegurar o normal funcionamento, a valência dispõe de um quadro de pessoal adequado, em conformidade com a legislação aplicável.
- 2- O quadro de pessoal da valência, encontra-se afixado em local visível, contendo a indicação dos recursos humanos existentes, sua formação e conteúdo funcional, definido no acordo de cooperação e de acordo com a legislação em vigor.

Norma XVI

Funcionamento

1. O Centro de Convívio funciona durante todos os dias úteis.
2. Nos dias úteis o horário de funcionamento é das 8,30 H às 18 horas
3. Os serviços funcionam em regime aberto, podendo os clientes circular livremente dentro e fora das instalações do Centro Social.
4. Qualquer responsabilidade da Instituição cessa assim que o cliente deixe as instalações da Instituição.

Norma XVII

Serviços prestados

O Centro de Convívio assegura, entre outros, os seguintes serviços:

- a) Fornecimento de uma pequena refeição (lanche).
- b) Actividades ocupacionais.
- c) Actividades de convívio e recreação.
- d) Apoio psicossocial.

Norma XVIII

Saúde

- 1 – Em caso de doença ou acidente, a Instituição obriga-se a comunicar o facto à pessoa próxima do cliente.
- 2 – Se necessário, serão promovidas diligências para o transporte e deslocamento ao hospital da área, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.
- 3 – A pessoa próxima do cliente, depois de avisada, pelos serviços da Instituição, será o responsável pelo devido acompanhamento do cliente na unidade hospitalar.
- 4 – A administração de medicamentos ao cliente obriga a cópia de prescrição médica, onde conste o nome do medicamento, a posologia e a duração do tratamento.

Capitulo V

Direitos e Deveres

Norma XIX

Direitos dos Clientes

Sem prejuízo das regras estabelecidas neste Regulamento, os clientes do Centro de Convívio têm ainda os seguintes direitos:

- a) Igualdade de tratamento, independentemente da raça, religião, nacionalidade, idade, idade, sexo ou condição social.
- b) Respeito pela sua identidade pessoal e reserva da intimidade da vida privada e familiar, bem como pelos seus usos e costumes.
- c) Exigir a prestação dos serviços contratados.
- d) Exigir qualidade nos serviços prestados.
- e) Não estar sujeito a coação física e/ ou psicológica.
- f) Participar nas actividades promovidas pelo Centro Social, de acordo com os seus interesses e possibilidades.
- g) Utilizar os serviços e equipamentos disponíveis do Centro Social.
- h) Exigir o cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento.
- i) Ter acesso ao livro de reclamações.

Norma XX

Deveres dos clientes

Sem prejuízo das regras estabelecidas neste Regulamento, os clientes do Centro de Convívio têm ainda os seguintes deveres:

- a) Cumprir as normas do Centro Social de acordo com o estipulado neste Regulamento.
- b) Pagar pontualmente, até ao dia 8 (oito) de cada mês, a comparticipação familiar fixada conforme o acordado no processo de admissão, bem como alterações subsequentes ou qualquer despesa extraordinária da responsabilidade do cliente.
- c) Avisar com a antecedência devida a ausência temporária dos serviços.
- d) Respeitar e tratar com educação os colaboradores da Instituição.
- e) Prestar todas as informações com verdade e lealdade, nomeadamente as respeitantes ao estado de saúde do cliente.

- f) Informar o Responsável do Centro Social, sobre aspectos particulares do seu quotidiano ou do seu comportamento e possíveis alterações.
- g) Promover um bom ambiente de convívio entre todos.
- h) Acatar quaisquer directrizes que provenham de pessoa legitimamente responsável.
- i) Participar, na medida das suas possibilidades, nas actividades desenvolvidas, compartilhando eventuais custos, se tal for necessário.

Norma XXI

Direitos dos colaboradores

Sem prejuízo das regras genericamente estabelecidas neste Regulamento, os colaboradores do Centro de Convívio gozam do direito de serem tratados com educação, lealdade e urbanidade por parte dos clientes e pessoas próximas.

Norma XXII

Deveres dos colaboradores

Aos colaboradores do Centro de Dia cabe o cumprimento dos deveres inerentes ao exercício dos respectivos cargos, nos termos da legislação laboral em vigor.

Norma XXIII

Direitos da Instituição

Sem prejuízo das regras genericamente estabelecidas neste Regulamento, a Instituição tem os seguintes direitos:

- a) A lealdade e respeito por parte dos clientes e pessoas próximas.

- b) Exigir o cumprimento do Presente Regulamento.
- c) Receber as participações mensais e outros pagamentos devidos, nos prazos fixados.

Norma XXIV

Deveres da Instituição

Sem prejuízo das regras genericamente estabelecidas neste Regulamento, a Instituição tem ainda os seguintes deveres:

- a) Garantir a qualidade dos serviços prestados.
- b) Garantir a prestação dos cuidados adequados à satisfação das necessidades dos clientes.
- c) Garantir aos clientes a sua individualidade e privacidade.
- d) Garantir sigilo dos dados constantes nos processos individuais dos clientes.
- e) Desenvolver actividades ocupacionais, de forma a contribuir para o bem-estar dos clientes.
- f) Possuir livro de reclamações.

Capitulo VI

Pagamento dos Serviços

Norma XXV

Preçário

1 – O valor da participação familiar pela frequência da valência é determinado pela aplicação de uma percentagem de 1% ou 5% sobre o rendimento per capita do agregado familiar, de acordo com as normas em vigor definidas na Orientação

Normativa, descrita na circular nº 3 de 2 de Maio de 1997 da Segurança Social, e também de acordo com os serviços solicitados pelo cliente.

2 – As percentagens referidas no ponto anterior são aplicadas da seguinte forma:

a) – 1% - Actividades ocupacionais de carácter sócio recreativo e cultural.

b) – 5% - Fornecimento de uma pequena refeição (Lanche) e actividades ocupacionais de carácter sócio recreativo e cultural.

3 – A prestação de serviços esporádicos (refeições, tratamento de roupas, serviço de cabeleireiro, transporte, etc.) estará sujeita ao precário afixado no Centro Social.

4 – A Direcção da Instituição poderá reduzir o valor, dispensar ou suspender o pagamento da comparticipação, sempre que, através de uma cuidada análise socioeconómica do agregado familiar, se conclua a sua especial onerosidade ou impossibilidade.

5 – A prestação de falsas declarações ou a omissão de qualquer rendimento poderá levar à suspensão ou exclusão do cliente.

Norma XXV

Cálculo do rendimento per capita

O rendimento per capita é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = (RF - D) / N$$

Em que:

R = Rendimento per capita.

RF = Rendimento mensal líquido do agregado familiar.

D = Despesas fixas.

N = Número de elementos do agregado familiar.

Norma XXVI

Prazos de pagamento

1. A comparticipação familiar deverá ser paga até dia 8 (oito) do respectivo mês.
2. Na mesma data deverão ser pagas todas as outras despesas aplicáveis ao cliente, caso de necessidades acrescidas.
3. A falta de pagamento dentro do prazo estipulado, sem motivo justificado, implicará a suspensão da frequência dos serviços, até que se verifique a sua regularização.
4. Quaisquer dificuldades de pagamento dentro do prazo estipulado deverão ser apresentadas ao Responsável do Centro Social.

Norma XXVII

Revisão da comparticipação familiar

1. A revisão da comparticipação familiar é realizada, ordinariamente, no início de cada ano civil.
2. Extraordinariamente, e em caso de comprovada alteração da situação económica do cliente, a comparticipação familiar será ajustada em conformidade.
3. O cliente ou pessoas próxima têm o dever de informar a Instituição de quaisquer alterações aos seus rendimentos que interfiram com a definição e revisão da respectiva comparticipação familiar.
4. As alterações à comparticipação familiar devem ser comunicadas ao cliente ou pessoa próxima por carta ou pessoalmente com uma antecedência de quinze dias.

Capítulo VII

Disposições finais

Norma XXVIII

Procedimento disciplinar

1. O não cumprimento das normas constantes deste Regulamento poderá conduzir à aplicação de sanções disciplinares diversas, de acordo com a gravidade das faltas, nomeadamente a suspensão temporária dos serviços e a exclusão dos serviços.

§ - A exclusão será a sanção máxima aplicada a um cliente, cujo comportamento seu ou da pessoa próxima, pela sua gravidade, torne irremediavelmente impossível a continuidade do apoio prestado.

2. Compete à Direcção da Instituição ordenar a realização do processo disciplinar.
3. Eventuais sanções disciplinares serão deliberadas pela Direcção da Instituição.

5. As sanções a aplicar ao utente deverão sempre ter em conta a gravidade do comportamento, as circunstâncias (atenuantes ou agravantes) em que as mesmas se verificaram, o grau de culpa do utente e o carácter esporádico ou recorrente do comportamento do mesmo.

6. Após a análise dos aspectos referidos, será aplicada uma sanção ao utente, de entre as seguintes:

- a) Repreensão verbal
- b) Repreensão por escrito
- c) Arcar com as despesas dos prejuízos materiais causados
- d) Suspensão temporária da frequência do Centro
- e) Suspensão definitiva (expulsão)

7. A aplicação de qualquer das sanções, acima referidas, com excepção da repreensão verbal, deverá ser precedida de comunicação à Direcção da Instituição que apreciará e julgará da sua aplicação.

8. A aplicação das sanções, atrás referenciadas, deverá ser comunicado ao utente, por escrito, e conterà, em súmula, as razões que levaram à aplicação daquela sanção.

9. O cliente poderá apresentar a sua defesa à Direcção da Instituição

Norma XXIX

Livro de reclamações

Nos termos da legislação em vigor, o Centro Social possui livro de reclamações, que poderá ser solicitado ao Responsável pela Instituição sempre que desejado.

Norma XXX

Alterações ao Regulamento Interno

Nos termos da legislação em vigor, o Responsável do Centro Social deverá informar o cliente ou pessoa próxima sobre quaisquer alterações ao presente Regulamento com a antecedência mínima de trinta dias relativamente à data da sua entrada em vigor.

Norma XXXI

Integração de lacunas

Em caso de eventuais lacunas, as mesmas serão supridas pela Direcção da Instituição, tendo em conta a legislação em vigor sobre a matéria.

Norma XXXVII

Entrada em Vigor

1. O presente regulamento foi aprovado em reunião de Direcção em 04/11/2008, e entra em vigor em Janeiro de 2009.
2. Aquando da inscrição do cliente deverá ser fornecido um exemplar deste Regulamento Interno da Valência ao mesmo ou a pessoa próxima, que assinará um documento que comprove a recepção do mesmo e a concordância com as normas aí estabelecido.